

CADMO

Revista do Instituto Oriental
Faculdade de Letras de Lisboa

1



EDICÖES
COSMOS

天竺國在東海之南
大宛國在東海之北

TH.L. THOMPSON - F.J. GONÇALVES - J.M. VAN CANGH, *Toponymie palestinienne*. Plaine de St Jean d'Acre et corridor de Jérusalem (Publications de l'Institut Orientaliste de Louvain, 37), Louvain-La-Neuve, 1988, 132 pp.

O estudo da toponímia histórica da Palestina impõe-se não apenas pela importância objectiva do campo analisado (lugar da mais antiga sedentarização humana conhecida, corredor disputado pelas grandes potências da era pré-clássica e depois pelos sucessores de Alexandre, berço do Judaísmo e do Cristianismo), mas ainda pelas vicissitudes que o envolveram ao longo dos séculos. Embora a toponímia seja por natureza conservadora, cada uma das camadas culturais da ocupação humana deixou obviamente as suas marcas. Na Palestina, as alterações toponímicas acentuaram-se depois de 1800, sobretudo com o movimento sionista e a fundação do Estado de Israel. Era inevitável que os Autores lhes consagrassem um parágrafo próprio. E é para este ponto que começamos por chamar a atenção.

«Embora exista desde os anos 20 uma comissão encarregada de dar nomes às novas localidades judaicas, as alterações toponímicas nem sempre se fizeram de forma sistemática. A escolha dos topónimos devia obedecer aos três critérios seguintes: 1) restaurar os nomes de lugares históricos, especialmente fazer reviver antigos nomes de localidades judaicas que não puderam sobreviver na toponímia árabe ou que foram arabizados ao longo dos séculos; 2) comemorar pessoas e acontecimentos importantes para o Movimento Sionista, da população judaica de Israel, da diáspora, ou do conjunto do povo judeu; 3) não sendo possível aplicar os critérios precedentes, recorrer-se-á a nomes simbólicos» (p. 21).

O resultado prático para a planície de S. João de Acre foi que «a hebraização e a correspondente desarabização da toponímia... não tiveram por consequência a restauração dos nomes antigos. Com efeito, não se reestabeleceu nenhum nome antigo que não estivesse já preservado na toponímia árabe. Pelo contrário, deslocaram-se ou perderam-se muitos nomes históricos» (p. 26). E riscaram-se do mapa topónimos que poderiam remontar à época dos cruzados ou a tempos islâmicos antigos (p. 22).

Os mesmos princípios foram aplicados à toponímia das colinas de Jerusalém ocupadas depois de 1948. Houve «hebraização sistemática da toponímia e correlativamente 'desarabização' igualmente sistemática. A maior parte dos topónimos actuais é inteiramente nova. Quando se teve conta dos topónimos árabes, foi para os hebraizar ou traduzir em hebreu. (...) A nova toponímia interessou-se pela res-

tauração dos nomes hebraicos antigos, bíblicos e talmúdicos» (p. 63). Assim se suprimiu o topónimo árabe de origem latina Qaluniya, de uma «colónia» de soldados desmobilizados que Vespasiano instalou no sítio. A aldeia judaica que surgiu em frente recebeu o nome de Môsa, como se chamava provavelmente a povoação antes da intervenção de Vespasiano (*ibidem*).

Na parte do corredor de Jerusalém que se tornou israelita em 1948 havia no século passado entre 15.000 e 33.000 habitantes, espalhados por 35 aldeias. Entre 1948 e 1967 a população aumentou para c. 100.000 habitantes, tornando-se as localidades próximas de Jerusalém arrabaldes da cidade. A população rural diminuiu drasticamente, restando apenas três aldeias árabes: Abu Gosh, Áin Rafa e Bait Safafa. Outras três que se encontravam perto da linha de cessar-fogo de 1948 (Immwas, Yalu e Nuba) foram riscadas do mapa (p. 50).

Saltam igualmente aos olhos as alterações demográficas da região de S. João de Acre: de 6000-7000 habitantes (século XIX), a cidade de Akka (heb. Akko) cresceu para 14.000-15.000 sob o mandato britânico e para os 40.000 dos nossos dias; a planície circundante passou nos mesmos períodos de c. 6000 para c. 30.000 e 120.000 (com 25% de população árabe), mais os 30.000 habitantes da nova cidade de Nahariyya (p. 13).

Para cada uma das áreas estudadas se dá uma lista exaustiva de nascentes e poços (S. João de Acre: p. 20; corredor de Jerusalém: pp. 57-61) e uma lista provisória dos sítios (S. João de Acre: pp. 26-42; corredor de Jerusalém: pp. 69-89), mais a lista das colinas do corredor (pp. 61-62). Os topónimos são referenciados nas suas coordenadas geográficas e na língua a que pertencem — árabes ou hebraicos, por vezes com a tradução em vernáculo. Vê-se como a toponímia árabe preserva muitos nomes antigos: Ez-Zib (pp. 31-32), transformado em Tel Akziv (heb.), conserva o nome hebraico dos tempos bíblicos (*Jos*, 19,29 e *Jz* 1,31).; H. Abda (p. 32), rebaptizado em Tel Avdon (heb.), preserva o nome histórico do sítio, que se encontra sob diversas formas — Abdon de *Jos*. 21,30 ou Ebron de *Jos*. 19,28, que passou aos LXX como Abdô / Abdôn / Dabbôn e à Vulgata como Abdon; Imwas (p. 70), aldeia árabe de 2.000 habitantes até 1967, perpetuava o nome da antiga cidade de Amwas / Ámwas em hebraico e Ammaous ou Emmaous em grego, atestada em *1 Mac* 3,38-4,15 e 9,50 e provavelmente em *Luc* 23,13; Yalu (pp. 70-71), grande aldeia árabe destruída em 1967, continuava o nome da antiga cidade de Ayyalon, mencionada em várias passagens do Antigo Testamento. Nem faltam as alusões bíblicas dos novos topónimos hebraicos (p. 80: Beyt Ha-Kerem, bairro de Jerusalém fundado em 1923, retoma um nome bí-

blico de *Jer 6,1* e *Ne 3,14*, aliás perpetuado em Ain Karim; p. 82: o *moshav* Naham, fundado em 1950, tira o nome de uma personagem bíblica da tribo de Judá, *1 Cron 4,19*).

Completam o estudo uma lista bibliográfica (pp. 91*93), outra de abreviaturas (p. 93), um conjunto de mapas (pp. 95-109) em que é visualizada a evolução demográfica e toponímica, e um extenso índice toponímico (pp. 111-130), distinguindo nomes árabes (pp. 113-124) e hebraicos (pp. 124-131).

Remetendo mais uma vez para os princípios estabelecidos pela comissão de 1920, a conclusão salienta três pontos:

«As mudanças toponímicas são um fenómeno corrente na Palestina. Para se ganhar convicção disso basta comparar a carta do *Palestine Exploration Fund* com as cartas do Mandato Britânico.»

«A substituição da população árabe pela população judaica é acompanhada de uma 'hebraização' sistemática da toponímia. O reverso desta 'hebraização' dos topónimos é a sua também sistemática 'desarabização'. E verificámos mesmo que pelo menos em dois casos (Emmaus e Ayyalon) os Israelitas não hesitaram em suprimir dois nomes firmemente atestados na Bíblia...»

«Quando o desejo de suprimir as traças de um povoamento palestiniense se torna mais forte que o desejo de conservar o seu próprio património bíblico, isso pode levar a aberrações tanto humanas como científicas» (p.90).

São de felicitar os Autores e o Instituto Oriental da Universidade Católica de Lovaina, donde provêm, pela seriedade da reconstituição histórica da toponímia palestinense em duas das trinta e uma regiões do projecto.

Estão igualmente de parabéns os estudiosos da Palestina e da sua história. Sem um trabalho deste género, qualquer texto de referência mais antigo (relato de viagem, por exemplo) se tornaria com o tempo num enigma indecifrável.

José Nunes Carreira

HELLMUT BRUNNER, *Das hörende Herz*. Kleine Schriften zur Religions- und Geistesgeschichte Ägyptens (herausgegeben von Wolfgang Röllig), Orbis biblicus et orientalis, 80, Universitätsverlag Freiburg, Schweiz/andenhoeck & Ruprecht, Göttingen, 1988, X +432 pp.

Como indica o subtítulo, a colectânea formou-se em torno de dois grandes temas: religião e história cultural do (antigo) Egipto. E não